

Alexandre Bitencourt

Como a mídia-educação e a inovação curricular
podem transformar a escola pública

LANÇAMENTOS



**A FESTA SURPRESA DA
CHAPEUZINHO VERMELHO**
de Cleia Teixeira

INTERVALO POÉTICO
de J. Wilton



Coordenaram esta edição: Manuel Francisco Neto / Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco / Vilma Maria da Silva

<https://primeiraevolucao.com.br>



<https://doi.org/10.52078/g2yjn63>

Editor Responsável: Antônio Raimundo Pereira Medrado
Editor correspondente (ANGOLA): Manuel Francisco Neto

Bibliotecária:
Patrícia Martins da Silva Rede

Coordenação editorial:
Ana Paula de Lima
Andreia Fernandes de Souza
Isac dos Santos Pereira
José Wilton dos Santos
Patrícia Martins da Silva Rede
Vilma Maria da Silva

Jornalista:
Luciana Cardoso de Souza

Colunistas:
Prof. Dr. Adefilson Batista Lins
Profa. Bianca de Assis Pirahy
Prof. Dr. Isac Chateaufort
Jornalista João Domingos Terin (William Terin)
Profa. Ma. Cleia Teixeira da Silva
Prof. Me. José Wilton dos Santos
Profa. Esp. Mirella Clerici Loayza

Coordenação editorial (Angola):
Manuel Francisco Neto
Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco

Web-edição:
T.I. Lee Anthony Medrado

Assessoria Jurídica
Júlio César dos Santos
OAB/SP 344263

Com. de Avaliação e Leitura:
Prof. Dr. Adefilson Batista Lins
Prof. Dr. Alexandre Passos Bitencourt
Profa. Esp. Ana Paula de Lima
Profa. Dra. Andreia Fernandes de Souza
Profa. Bianca de Assis Pirahy
Profa. Dra. Denise Mak
Prof. Me. Edson da Conceição Graça (Angola)
Prof. Me. Isac dos Santos Pereira
Prof. Dr. Manuel Francisco Neto (Angola)
Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco (Angola)
Profa. Esp. Mirella Clerici Loayza
Prof. Me. Tavares dos Santos Muhongo (Angola)
Profa. Dra. Thaís Thomaz Bovo
Prof. Me. Wilder Dala Quinjango (Angola)

Contatos
Tel. 55(11) 99543-5703
Whatsapp: 55(11) 99543-5703
primeiraevolucao@gmail.com (S. Paulo)
netomanuelfrancisco@gmail.com (Luanda)
<https://primeiraevolucao.com.br>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista Primeira Evolução [recurso eletrônico] / [Editor] Antonio Raimundo Pereira Medrado. – ano 7, n. 66 (ago. 2026). – São Paulo : Edições Livro Alternativo, 2026. 360 p. : il. color

Bibliografia
Publicação contínua desde 2020.
Bimestral
e-ISSN 2675-2573
Disponível apenas online.
Modo de acesso: <https://primeiraevolucao.com.br>
DOI: <https://doi.org/10.52078/g2yjn63>

1. Educação – Periódicos. 2. Pedagogia – Periódicos. I. Medrado, Antonio Raimundo Pereira, editor. II. Título.

CDD 22. ed. 370.5

Patrícia Martins da Silva Rede – Bibliotecária – CRB-8/5877

Em parceria com:



São Paulo | 2026

Publicada no Brasil por:

Livro Alternativo
www.livroalternativo.com.br

CNPJ: 28.657. 494/0001-09

05 EDITORIAL

Antonio R P Medrado

08 O pertencimento também se constrói à mesa: quando a alimentação escolar encontra os Direitos Humanos

Mirella Clerici

10 Ciência, Tecnologia & Sociedade

Adeilson Batista Lins

12 POIESIS

J. Wilton

14 Alexandre Bitencourt: como a mídia-educação e a inovação curricular podem transformar a escola pública

Luciana Cardoso de Souza



ARTIGOS

1. ESTÍMULO DA PRÓ-SOCIABILIDADE NO AMBIENTE ESCOLAR: COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS, CONVIVÊNCIA E DESAFIOS NO COLÉGIO COMANDANTE BULA-PROVÍNCIA DO HUAMBO-ANGOLA	23
Alberto Praia Tchinhama	
2. A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM COMO INSTRUMENTO DE PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE ENSINO NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR EM ANGOLA	29
António dos Reis Fançony /Calunda dos Santos Jorge /Sabalo João Luanda	
3. O ESTUDO DA DISTÂNCIA ENTRE DOIS PONTOS NO PLANO CARTESIANO: UM ESTUDO APLICADO AO ENSINO DA GEOMETRIA ANALÍTICA NA 10.ª CLASSE	35
Armando Kangolo Basílio /Denilson Genito Moisés dos Anjos /Ngombo Rodrigues Lucau	
4. CIBERSEGURANÇA, GUERRA CIBERNÉTICA E DINÂMICAS MIGRATÓRIAS: A NOVA DIMENSÃO DOS CONFLITOS E OS DESAFIOS PARA OS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA E DEFESA	44
Augusto Hudson Simeão	
5. DOCUMENTAÇÃO PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ENTRE A AVALIAÇÃO FORMATIVA E A CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS SOBRE A INFÂNCIA	53
Carina Fardim Soares	
6. O DIREITO FUNDAMENTAL À EDUCAÇÃO NO ORDENAMENTO JURÍDICO ANGOLANO E A REALIDADE EDUCATIVA: HÁ, NA PRÁTICA, CONDIÇÕES SUFICIENTES DE ASSEGURAMENTO DESTES DIREITOS?	61
Chiquito Afonso Fernando Domingos /Gouveia de Oliveira Ngunza da Silva	
7. ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS PARA O AVANÇO DA ESCRITA DO ALUNO PRÉ-SILÁBICO: CONTRIBUIÇÕES DA CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA E DO LETRAMENTO	72
Cirlene Alves de Oliveira	
8. RECONHECIMENTO DE ANGOLA AO GOVERNO DE TRANSIÇÃO DE BURKINA FASO: ANÁLISE SOBRE AS MENSAGENS DO PRESIDENTE JOÃO LOURENÇO AO IBRAHIM TRAORÉ	80
Daniel Cordeiro	
9. PREPARAÇÃO PSICOLÓGICA COMO REFORÇO POSITIVO NA RECUPERAÇÃO DE PACIENTE	85
Edgar Francisco da Silva Gonçalves	
10. ESPAÇOS EXTERNOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: MARCOS NORMATIVOS, QUALIDADE E CONTRIBUIÇÕES DE PESQUISAS SOBRE AS PRÁTICAS INSTITUCIONAIS	90
Elaine Santos do Nascimento	
11. O PSICÓLOGO COMO SOLUCIONADOR DE PROBLEMAS E MITIGADOR DE DANOS:DUAS FUNÇÕES ESSENCIAIS NA PRÁTICA CLÍNICA CONTEMPORÂNEA	97
Esmael Joaquim Machado	
12. POLÍTICA EDUCATIVA EM ANGOLA E A GARANTIA DO DIREITO NA EDUCAÇÃO	100
Faustino Moma Tchipesse	
13. A APRENDIZAGEM DO FUTSAL ESCOLAR COM JOGOS ESPORTIVOS COLETIVOS NA DEFICIÊNCIA INTELECTUAL	106
Fernando Leite Miranda	
14. A ALTERIDADE NO PROCESSO DE SUBJETIVAÇÃO DO SER	113
Gersiane Alves Pavão	
15. A INDISCIPLINA NA ESCOLA: NOTAS DE UM ESTUDO REALIZADO NA ESCOLA NGUENDELAMBA VIN-105	119
Guilherme Mateus Moma	
16. EFICÁCIA REGULATÓRIA DO KWENDA: UMA PERSPECTIVA DA ANÁLISE ECONÓMICA DO DIREITO	126
Gustavo Bruno Wandaqueia António	
17. A TEORIA DOS DOIS FACTORES DE HERZBERG NO COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL: UMA ANÁLISE SOBRE MOTIVAÇÃO E SATISFAÇÃO DOS COLABORADORES	135
Irma Cristina de Moraes Chinhema	
18. ENSINO COLABORATIVO NAS SALAS DE ENSINO FUNDAMENTAL II DA REDE MUNICIPAL DE SÃO PAULO À LUZ DO DESENHO UNIVERSAL PARA A APRENDIZAGEM (DUA)	142
Jeam Rodrigo de Oliveira	
19. DO ANALFABETISMO À AUTONOMIA FEMININA: IMPACTO DO PROJECTO OKUTANGA NA VIDA DAS MULHERES ZUNGUEIRAS	151
João Eduardo Quinseque /Mário Jamba Artur /Daniel Marculino Muenho /Eugénio Chicapa /Lília Stevens de la Cruz	
20. RECOMPOSIÇÃO DAS APRENDIZAGENS NO ENSINO FUNDAMENTAL: O PAPEL DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA NA ARTICULAÇÃO ENTRE AVALIAÇÃO, FORMAÇÃO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	161
Joice Pereira Marques	
21. A GESTÃO ESCOLAR E O PAPEL DO COORDENADOR PEDAGÓGICO: PERCEPÇÕES DOCENTES SOBRE PARTICIPAÇÃO, LIDERANÇA E TRABALHO PEDAGÓGICO	170
Katia Aparecida de Sousa Lima	
22. PRECONCEITO LINGÜÍSTICO E REGIONALISMO: A VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE LINGÜÍSTICA BRASILEIRA	178
Luciana Cardoso de Souza	
23. ENVELHECIMENTO COMO PROBLEMA E COMO OPORTUNIDADE	181
Luís Venâncio /Elizabeth Hama Francisco	

24. A LEITURA LITERÁRIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: EXPERIÊNCIAS E MEDIAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO DAS CRIANÇAS	188
Lusilene da Rocha Alves	
25. ENTRE O PRESCRITIVO E O NARRATIVO: A NATUREZA HÍBRIDA DO CURRÍCULO DA CIDADE DE SÃO PAULO E OS ESTUDOS DE GÊNERO E DA SEXUALIDADE]	198
Marcelo Cunha	
26. EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CURRÍCULO DA CIDADE DE SÃO PAULO: PRINCÍPIOS, DIREITOS DE APRENDIZAGEM E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	215
Maria Angela Ferreira Oliveira	
27. PROGRAMA DE GARANTIA DA QUALIDADE ACADÊMICA NO INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DO BITA	218
Maria Canga Álvaro	
28. EDUCAÇÃO INTEGRAL NA REDE MUNICIPAL DE SÃO PAULO: DA CIDADE EDUCADORA AO PROGRAMA SÃO PAULO INTEGRAL	224
Maria Elena dos Santos Silva	
29. A ROTINA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ENTRE A ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA E AS NECESSIDADES DA CRIANÇA	227
Maria Madalena Sampaio Silva	
30. DIAGNÓSTICO PRÉ-HOSPITALAR DO ACIDENTE VASCULAR CEREBRAL: PERCEPÇÃO DE ENFERMAGEM SOBRE O USO DA ESCALA DE CINCINNATI	237
Mário Adelino Miranda Guedes	
31. A PERTENÇA ALÉM DA MATRÍCULA: EXPERIÊNCIAS DE ACOLOHIMENTO LINGÜÍSTICO, CULTURAL E ALIMENTAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL COMO PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	242
Mirella Clerici	
32. A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL NA INFÂNCIA: PEDAGOGIA DA ANCESTRALIDADE E LITERATURA COMO FERRAMENTA DE RESISTÊNCIA	255
Nayane Brito Veras Godinho Hermisdorf	
33. A HISTÓRIA DA MATEMÁTICA NA ANTIGUIDADE: CONTRIBUTOS PARA A APRENDIZAGEM DOS ESTUDANTES DO 1 ANO DO CURSO DE ENSINO DA MATEMÁTICA	267
Ngombo Rodrigo Lucau /Denilson Genito Moisés dos Anjos	
34. ESTUDO DE CASO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DO DANDE, BENGO NO PERÍODO DE 2023 - 2025	275
Panzo Manuel Bunga	
35. O USO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR: UMA ADEQUAÇÃO A NOVA TENDÊNCIA PEDAGÓGICA, CASO DO INSTITUTO SUPERIOR LUSÍADA DO HUAMBO-ANGOLA	281
Pedro Isaac /Walter Albino António Sassoma	
36. PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NO PERÍODO PANDÊMICO	286
Rafaela Gois Zirpolo	
37. O BRINCAR E AS INTERAÇÕES NA EDUCAÇÃO INFANTIL: FUNDAMENTOS PEDAGÓGICOS PARA A ORGANIZAÇÃO DE ESPAÇOS, TEMPOS E EXPERIÊNCIAS	291
Roseli Brito Tenório Ramos	
38. A FORMAÇÃO DOCENTE NA ERA DA EDUCAÇÃO DIGITAL: SABERES, CIDADANIA E DESAFIOS EMERGENTES	300
Suellen Vidal Araújo da Silva	
39. O BRINCAR COMO FERRAMENTA DO DESENVOLVIMENTO COGNITIVO E MOTOR NA INFÂNCIA	307
Talita Torraca Vieira da Silva	
40. FACTORES DE RISCOS ASSOCIADOS À INSUFICIÊNCIA RENAL CRÓNICA EM PACIENTES ATENDIDOS NO CENTRO DE HEMODIÁLISE DO HOSPITAL DO PRENDA NO PERÍODO DE JUNHO A JULHO DE 2025	310
Tamara Garcia Calixto /Belkis Tomilson Garcia /Tomas Miriam Tabares	
41. SAÚDE E EDUCAÇÃO: INTERSETORIALIDADE ENTRE SUS E ESCOLA NA PROMOÇÃO DO CUIDADO NA EDUCAÇÃO INFANTIL	317
Tatiana Miranda Lima	
42. FATORES ASSOCIADOS AO ABANDONO ESCOLAR DOS ALUNOS DO I CICLO NA COMUNA DE CAITOU, MUNICÍPIO DA BIBALA PROVÍNCIA DO NAMIBE	325
Teresa Francisca Nkhulwavo /Domingos Tchinhama Mangundu /Betsabé Pompa Abreu	
43. EDUCAÇÃO INFANTIL COMO TERRITÓRIO DE DIREITOS: EXPERIÊNCIAS, QUALIDADE E INTENCIONALIDADE PEDAGÓGICA	331
Valquiria Souza Cardoso	
44. DIÁLOGOS E SABERES BIOCULTURAIS E O SEU PAPEL ESTRUTURANTE NA EDUCAÇÃO PARA A BIODIVERSIDADE ENTRE COMUNIDADES KHOISAN DE ANGOLA E POVOS INDÍGENAS DO BRASIL	338
Valter Joaquim Vidal	
45. CONSUMO EXCESSIVO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS NA ADOLESCÊNCIA: PERSPECTIVAS SOCIOLÓGICAS PARA INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA EM ANGOLA	344
Vidal António Machado	
46. A SITUAÇÃO SOCIOECONÓMICA DAS FAMÍLIAS MONOPARENTAIS: CASO DO MUNICÍPIO DO CHINJENJE-PROVÍNCIA DO HUAMBO	350
Walter Albino António Sassoma	

**ESTA REVISTA É MANTIDA E FINANCIADA POR PROFESSORAS E PROFESSORES.
SUA DISTRIBUIÇÃO É, E SEMPRE SERÁ, LIVRE E GRATUITA.**

A **REVISTA PRIMEIRA EVOLUÇÃO** é um projeto editorial idealizado pela **Edições Livro Alternativo** com o objetivo de **empoderar e inspirar educadores** na jornada de compartilhar suas pesquisas, estudos, experiências e relatos de vivências.

UM CORPO EDITORIAL DE EXCELÊNCIA:

Nossa equipe conta com especialistas, mestres e doutores(as), todos com vasta experiência na rede pública de ensino, além de profissionais experientes nas áreas do livro e da tecnologia da informação. Essa expertise garante a qualidade e o rigor científico das publicações da revista.

INDEPENDÊNCIA E AUTONOMIA:

Um dos nossos diferenciais é a total independência, viabilizada pelo **financiamento colaborativo de professores e professoras**. Essa autonomia nos permite defender a liberdade de expressão e a diversidade de ideias, priorizando a qualidade dos conteúdos e o impacto positivo na educação.

PROPÓSITOS QUE IMPULSIONAM A TRANSFORMAÇÃO:

- **Promover o debate** crítico e reflexivo sobre os diversos aspectos da educação, com base nas vivências, pesquisas, estudos e experiências dos profissionais da área;
- **Proporcionar a publicação** de livros, artigos e ensaios que contribuam para o aprimoramento da educação e o desenvolvimento profissional dos educadores;
- **Apoiar a publicação** de obras de autores independentes, democratizando o acesso à informação e promovendo a diversidade de vozes;
- **Incentivar o uso de softwares livres** na produção de materiais didáticos e na difusão do conhecimento, promovendo a inclusão digital e a redução de custos;
- **Fomentar a produção de livros** por professores e autores independentes, reconhecendo e valorizando a experiência e o saber dos profissionais da educação;

PRINCÍPIOS QUE GUIAM A NOSSA ATUAÇÃO:

- **Priorizar trabalhos voltados para a educação**, cultura e produções independentes, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e democrática;
- **Utilizar exclusivamente softwares livres** na produção de livros, revistas e materiais de divulgação, promovendo a transparência, a colaboração e a acessibilidade;
- **Incentivar a produção de obras coletivas** por profissionais da educação, fomentando a colaboração e o compartilhamento de conhecimentos;
- **Publicar e divulgar livros de professores** e autores independentes, valorizando a diversidade de vozes e perspectivas na educação;
- **Respeitar a liberdade e autonomia** dos autores, garantindo a originalidade e a autenticidade das obras publicadas;
- **Combater o despotismo, o preconceito e a superstição**, defendendo os valores da democracia, da tolerância e do respeito à diversidade;
- **Promover a diversidade e a inclusão**, valorizando as diferentes culturas, identidades e experiências presentes na comunidade educacional.

A **REVISTA PRIMEIRA EVOLUÇÃO** é um movimento pela transformação da educação, um espaço para a colaboração, o aprendizado e a inovação.

Junte-se a nós e faça parte da construção de um futuro mais promissor para a educação!

INSTITUIÇÕES PARCEIRAS



Indexadores:



Filiada à:



Produzida exclusivamente com utilização de softwares livres





CIBERSEGURANÇA, GUERRA CIBERNÉTICA E DINÂMICAS MIGRATÓRIAS: A NOVA DIMENSÃO DOS CONFLITOS E OS DESAFIOS PARA OS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA E DEFESA

Augusto Hudson Simeão¹

Resumo: A transformação tecnológica das sociedades contemporâneas alterou profundamente a natureza da segurança e dos conflitos, tornando o ciberespaço um novo domínio estratégico de competição, influência e ameaça. As operações cibernéticas permitem que Estados e actores não estatais desenvolvam acções de espionagem, sabotagem, desinformação e perturbação de infraestruturas críticas, sem depender exclusivamente do confronto militar convencional. Paralelamente, as dinâmicas migratórias contemporâneas passaram a interagir com o ambiente digital, uma vez que as tecnologias de informação facilitam a circulação de informação e a organização dos movimentos migratórios, mas também podem ser exploradas por redes criminosas e utilizadas em práticas ilícitas. O presente estudo analisa a interligação entre cibersegurança, guerra cibernética e dinâmicas migratórias, procurando identificar os desafios emergentes para os órgãos de segurança e defesa. Metodologicamente, a investigação é de natureza exploratória e analítica, baseada numa revisão bibliográfica e documental de livros, artigos científicos e documentos institucionais nacionais e internacionais. Os resultados demonstram que a segurança contemporânea exige uma abordagem multidimensional, capaz de integrar inovação tecnológica, cooperação institucional, mecanismos jurídicos e protecção dos direitos fundamentais. Conclui-se que os órgãos de segurança e defesa devem adaptar as suas estratégias perante ameaças complexas, onde as dimensões física e digital se encontram cada vez mais interligadas.

Palavras-chave: Cibersegurança; Guerra Cibernética; Ciberdefesa; Migrações; Segurança Nacional.

INTRODUÇÃO

A evolução tecnológica das últimas décadas transformou profundamente a forma como os Estados compreendem e respondem às ameaças à segurança. A expansão da internet,

a digitalização dos serviços públicos e privados e a crescente dependência das tecnologias de informação proporcionaram importantes avanços económicos e sociais, mas também criaram novas vulnerabilidades estratégicas.

O ciberespaço passou a assumir uma posição central nos conflitos contemporâneos. Ao contrário dos conflitos militares tradicionais, baseados no confronto directo entre forças armadas em espaços geográficos definidos, as operações digitais permitem acções à distância, frequentemente com elevado grau de anonimato e dificuldade de atribuição. Ataques informáticos, campanhas de manipulação da informação e operações de influência podem provocar consequências políticas, económicas e sociais relevantes para os Estados.

¹ Doutorando pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa FDUL, Mestre em Ciências Jurídico-Políticas pela Universidade de Belas e Mestre em Direito Empresarial/Universidade Gregório Semedo. Licenciado em Direito, possui formação pós-graduado em Agregação Pedagógica pela Universidade Privada de Angola. Direito da Concorrência, Regulação e Compliance, bem como especialização em Direito Digital e Protecção de Dados pela FDUL. Docente Universitário no Instituto Superior Politécnico Ndunduma (ISPN) e no Instituto Superior Politécnico do Cuito ISPC, desenvolvendo investigação nas áreas do Direito Empresarial, Ciências Jurídico-Políticas, Compliance e Direito Digital. E-mail: hudsonsim550@gmail.com

Segundo Nye (2021), o poder no século XXI deixou de depender exclusivamente da capacidade militar e económica, passando também a estar associado ao controlo da informação, à influência e à capacidade de atuação através das redes digitais. Esta transformação alterou as relações de poder internacionais, permitindo que actores estatais e não estatais desenvolvam capacidades estratégicas através do domínio tecnológico.

Neste contexto, a tecnologia tornou-se um elemento essencial da competição internacional, uma vez que actores com menor capacidade militar tradicional podem utilizar recursos digitais para alcançar objectivos estratégicos. O ciberespaço passou, assim, a constituir um novo domínio de disputa, onde a informação e a inovação tecnológica assumem um papel determinante.

No contexto português, a análise das novas dinâmicas de segurança tem recebido crescente atenção por parte das instituições académicas e de defesa. O entendimento apresentado por Garcia (2021) destaca a necessidade de compreender os conflitos atuais para além da lógica militar tradicional, considerando a existência de ameaças híbridas que combinam diferentes instrumentos de atuação. Dessa forma, a análise da segurança contemporânea deve considerar essa nova realidade para compreender melhor os desafios enfrentados pelos Estados e pelas sociedades. A posição de Teixeira e Carreiras (2022) defendem que as políticas de defesa devem adaptar-se aos novos desafios, nos quais os factores tecnológicos e informacionais assumem uma importância crescente. Assim, torna-se indispensável que os Estados ajustem as suas estratégias para responder aos desafios emergentes de forma mais eficiente. Guedes (2019) acrescenta que os ambientes estratégicos atuais são caracterizados pela incerteza, complexidade e interdependência, exigindo respostas mais integradas por parte dos Estados. Nesse contexto, a adoção de respostas integradas torna-se essencial para enfrentar desafios que são cada vez mais interligados e imprevisíveis.

Paralelamente, as dinâmicas migratórias constituem uma realidade presente nas sociedades contemporâneas. A mobilidade humana resulta de factores económicos, políticos, ambientais e securitários,

envolvendo movimentos voluntários e deslocações forçadas. Embora a migração não represente, por si só, uma ameaça à segurança, os fluxos migratórios podem ser explorados por redes criminosas transnacionais, utilizados em campanhas de desinformação ou instrumentalizados em estratégias de influência.

A expansão das tecnologias digitais alterou igualmente os processos migratórios. As plataformas digitais permitem aos migrantes obter informações, manter contactos familiares e criar redes de apoio durante os seus percursos. Contudo, estas ferramentas também podem ser utilizadas por organizações criminosas para facilitar actividades como tráfico de pessoas, exploração económica e falsificação documental. Assim, o ambiente digital apresenta uma dimensão dupla: pode contribuir para a protecção dos migrantes, mas também criar oportunidades para novas formas de criminalidade (Organização Internacional para as Migrações [OIM], 2019; Raets & Janssens, 2021).

Outro desafio relevante está relacionado com a protecção dos sistemas digitais associados à gestão migratória. As bases de dados de imigração, os mecanismos de controlo fronteiriço e as plataformas de cooperação policial armazenam informações sensíveis e podem tornar-se alvos de ataques cibernéticos. Esta realidade exige que os órgãos de segurança e defesa desenvolvam capacidades para proteger infraestruturas digitais, garantir a segurança das populações e respeitar os direitos fundamentais.

A presente investigação parte da hipótese de que a crescente digitalização das sociedades tornou os fenómenos de conflito, segurança e migração cada vez mais interdependentes. Perante esta realidade, torna-se necessária uma abordagem integrada de segurança, baseada na cooperação institucional, na partilha de informação, no desenvolvimento tecnológico e na protecção dos direitos humanos.

Deste modo, compreender a cibersegurança, a guerra cibernética e as dinâmicas migratórias implica reconhecer que os desafios atuais ultrapassam as fronteiras tradicionais dos Estados. A segurança contemporânea exige novas formas de prevenção e resposta, capazes de integrar dimensões tecnológicas, políticas e sociais num ambiente internacional marcado pela complexidade e pela rápida transformação digital.

METODOLOGIA

A metodologia baseia-se numa revisão bibliográfica e documental, utilizando obras científicas, artigos académicos, relatórios institucionais e documentos estratégicos nacionais e internacionais relacionados com cibersegurança, defesa, conflitos híbridos e migrações.

A opção por uma abordagem qualitativa justifica-se pelo facto de o fenómeno analisado não se limitar à medição quantitativa de ocorrências, envolvendo igualmente dimensões políticas, sociais, jurídicas e estratégicas. Como refere Quivy e Campenhoudt (2019), a investigação científica em ciências sociais procura compreender relações complexas entre fenómenos, construindo conhecimento através da análise crítica e sistemática das fontes disponíveis. Foram considerados contributos de autores portugueses especializados em segurança e defesa, nomeadamente Nuno Severiano Teixeira, Francisco Proença Garcia, Armando Marques Guedes e Jorge Bacelar Gouveia, articulados com autores internacionais de referência nos estudos estratégicos e de segurança.

O método utilizado permitiu identificar tendências comuns na literatura especializada, nomeadamente:

1. a expansão do conceito tradicional de segurança para incluir ameaças digitais;
2. a crescente utilização do ciberespaço como instrumento de conflito;
3. a influência das tecnologias digitais nos processos migratórios;
4. a necessidade de adaptação dos modelos institucionais de segurança e defesa.

A análise documental permitiu ainda compreender o enquadramento português relativamente à protecção do ciberespaço nacional, às políticas públicas de segurança digital e ao papel das instituições responsáveis pela prevenção e resposta a ameaças emergentes.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A EVOLUÇÃO DO PARADIGMA DE SEGURANÇA: DO TERRITÓRIO FÍSICO AO ESPAÇO DIGITAL

A compreensão contemporânea da segurança exige uma análise que ultrapasse a perspectiva

tradicional centrada exclusivamente na defesa militar do território. Durante grande parte do século XX, a segurança internacional foi interpretada essencialmente através da relação entre Estados soberanos, capacidade militar e equilíbrio estratégico. Contudo, o final da Guerra Fria, a globalização económica e a revolução tecnológica alteraram profundamente a natureza das ameaças.

A evolução do conceito de segurança demonstra que as ameaças atuais já não podem ser analisadas apenas através da capacidade militar dos Estados ou da protecção das suas fronteiras. Embora a dimensão militar continue a ter importância, os acontecimentos das últimas décadas evidenciaram que factores como a globalização, a circulação de informação, as mudanças tecnológicas e o aparecimento de actores não estatais passaram a influenciar diretamente a estabilidade internacional. Assim, a segurança tornou-se um conceito mais abrangente, envolvendo diferentes áreas e exigindo dos Estados novas formas de prevenção e resposta perante ameaças cada vez mais complexas e interligadas (Buzan & Hansen, 2018; Baylis et al., 2019).

Segundo a nossa visão a realidade internacional atual demonstra que a segurança passou a envolver factores que vão além da dimensão militar. As transformações tecnológicas, económicas e sociais criaram novos tipos de ameaças, exigindo dos Estados uma capacidade de adaptação perante um ambiente global cada vez mais complexo e interdependente.

Subsequentemente Buzan, Wæver e Wilde (1998) defendem que a segurança deve ser analisada através de múltiplos sectores, incluindo a dimensão militar, política, económica, societal e ambiental. Esta abordagem ampliada permitiu compreender que ameaças não militares podem comprometer a estabilidade dos Estados e o bem-estar das populações.

No contexto atual, a tecnologia tornou-se um elemento estruturante das relações internacionais. A dependência crescente das sociedades relativamente às redes digitais criou uma nova superfície de vulnerabilidade, onde ataques contra sistemas informáticos podem afectar infraestruturas críticas, serviços públicos, instituições financeiras e processos democráticos.

Para Nye (2021), o ciberespaço introduziu uma transformação significativa na distribuição do poder internacional. No nosso entender o domínio digital permite que actores com recursos relativamente reduzidos consigam produzir efeitos estratégicos, desafiando a tradicional superioridade dos Estados baseada exclusivamente no poder militar.

Em Portugal, esta transformação tem sido acompanhada por uma evolução doutrinária no campo da segurança e defesa. Teixeira (2022) salienta que os Estados contemporâneos enfrentam ameaças complexas, transnacionais e multidimensionais, exigindo respostas baseadas na cooperação e na integração de diferentes capacidades das estratégias de segurança nacional. Assim, a integração de capacidades fortalece a eficácia das estratégias de segurança perante ameaças cada vez mais diversificadas.

CIBERSEGURANÇA E CIBERDEFESA: CONCEITOS E DIMENSÕES ESTRATÉGICAS

A cibersegurança constitui atualmente uma componente fundamental das políticas públicas de segurança. A digitalização generalizada da administração pública, dos sistemas económicos e das infraestruturas essenciais aumentou a necessidade de proteger informação, redes e sistemas contra acções maliciosas.

Segundo Veiga (2024), a cibersegurança deve ser compreendida como uma área multidimensional, que envolve não apenas mecanismos tecnológicos de protecção, mas também comportamentos individuais, práticas organizacionais e estratégias institucionais. A eficácia da segurança digital depende, por isso, da articulação entre tecnologia, pessoas e processos. Na nossa perspetiva, a cibersegurança deve ser vista como uma responsabilidade colectiva, pois a tecnologia por si só não consegue garantir uma protecção completa. Mesmo com sistemas avançados de segurança, as acções e decisões dos utilizadores continuam a ter um papel fundamental na prevenção de riscos digitais. Por isso, consideramos essencial criar uma cultura de segurança que envolva pessoas, organizações e instituições de forma integrada.

A cibersegurança apresenta uma dimensão preventiva, orientada para a protecção dos sistemas digitais, enquanto a ciberdefesa possui uma

componente estratégica associada à protecção dos interesses nacionais perante acções que possam comprometer a soberania ou a capacidade operacional do Estado.

Em conformidade com Rid (2020) considera que as operações cibernéticas representam uma alteração profunda da conflitualidade contemporânea, uma vez que permitem realizar acções de espionagem, sabotagem e influência sem necessidade de confronto militar directo. No nosso ponto de vista, as operações cibernéticas mudaram a forma como os conflitos são conduzidos, tornando possível atingir objectivos estratégicos sem recorrer necessariamente a uma guerra convencional. Consideremos que esta realidade aumenta a vulnerabilidade dos Estados, uma vez que ataques digitais podem causar impactos significativos em áreas essenciais como a informação, economia e segurança nacional. Por isso, torna-se fundamental desenvolver capacidades de prevenção e resposta adequadas aos novos desafios do ciberespaço.

No âmbito militar, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) reconhece o ciberespaço como um domínio operacional, ao lado dos domínios terrestre, marítimo, aéreo e espacial. Esta evolução demonstra que a dimensão digital passou a integrar formalmente o planeamento estratégico de defesa.

Em Portugal, a consolidação institucional da cibersegurança através do Centro Nacional de Cibersegurança demonstra a importância atribuída à protecção do espaço digital nacional e à criação de mecanismos de cooperação entre entidades públicas e privadas.

GUERRA CIBERNÉTICA E CONFLITOS HÍBRIDOS

A guerra cibernética constitui uma das formas mais complexas de conflitualidade do século XXI, caracterizando-se pela utilização do ciberespaço como domínio de competição e confronto. Ao contrário dos conflitos convencionais, as operações cibernéticas podem ser conduzidas não apenas por Estados, mas também por grupos criminosos, organizações extremistas e outros actores não estatais com capacidade técnica para explorar vulnerabilidades digitais, tornando mais difícil a identificação dos responsáveis e a resposta por parte dos Estados (Kello, 2017; Madnick, 2019).

Na nossa abordagem, a guerra cibernética tornou os conflitos mais imprevisíveis, porque os ataques podem ocorrer a qualquer momento e sem uma confrontação física entre os envolvidos. Considero que esta realidade exige uma maior preparação dos Estados para proteger as suas infraestruturas críticas e os seus sistemas de informação. Por isso, investir em cibersegurança e na cooperação internacional é essencial para reduzir os riscos associados a este tipo de ameaça. A principal característica destas acções reside na dificuldade de atribuição. Frequentemente, o agressor procura ocultar a sua identidade, utilizando infraestruturas digitais distribuídas por diferentes países.

Segundo Hoffman (2021), os conflitos contemporâneos apresentam características híbridas, combinando instrumentos militares convencionais com estratégias informacionais, económicas, tecnológicas e psicológicas, o que torna os cenários de conflito mais complexos e difíceis de enfrentar. Na nossa ótica, os conflitos atuais são mais difíceis de identificar e combater, porque recorrem a diferentes formas de atuação que vão além do confronto militar tradicional. Considero que a utilização simultânea de meios tecnológicos, informacionais e económicos aumenta a complexidade das ameaças enfrentadas pelos Estados. Por essa razão, é essencial que as estratégias de segurança acompanhem a evolução destes novos cenários de conflito.

Neste contexto, a guerra deixou de ocorrer exclusivamente no campo de batalha físico. A manipulação da informação, a desinformação digital e os ataques contra sistemas críticos passaram a constituir instrumentos de competição estratégica.

Para Garcia (2021) refere que a conflitualidade moderna exige uma nova compreensão da estratégia, onde a superioridade tecnológica e informacional assume importância semelhante à capacidade militar convencional. Assim na nossa análise, a guerra cibernética não deve ser entendida apenas como um problema técnico, mas como uma questão política, estratégica e social.

MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS, SEGURANÇA HUMANA E DESAFIOS DIGITAIS

As migrações constituem um fenómeno histórico e estrutural das sociedades humanas. No

entanto, no contexto actual, os movimentos migratórios apresentam novas características devido à globalização, às desigualdades económicas, aos conflitos armados e às alterações ambientais. A abordagem da segurança humana proposta pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 1994) deslocou o foco exclusivo da protecção do Estado para a protecção dos indivíduos, considerando ameaças económicas, alimentares, sanitárias, ambientais e pessoais.

Neste sentido, a relação entre migração e segurança deve ser analisada com equilíbrio científico. A mobilidade humana não representa, por si só, uma ameaça. O desafio securitário surge quando determinados actores exploram vulnerabilidades associadas aos fluxos migratórios. As tecnologias digitais desempenham atualmente um papel ambivalente neste processo. Por um lado, permitem aos migrantes obter informação, comunicar com familiares e aceder a serviços. Por outro lado, podem facilitar actividades criminosas como tráfico de pessoas, exploração laboral e falsificação documental.

Segundo Dekker e Engbersen (2019), as redes digitais desempenham um papel determinante nos processos migratórios, permitindo uma circulação rápida de informação e fortalecendo as ligações entre migrantes, familiares e comunidades. A utilização das plataformas digitais facilita o acesso a informações sobre destinos, oportunidades e percursos migratórios, influenciando as decisões e estratégias de mobilidade. Para nós, as redes digitais transformaram a forma como as pessoas planeiam e vivenciam os processos migratórios, tornando o acesso à informação mais rápido e acessível. Considero que esta facilidade de comunicação pode apoiar a integração e a tomada de decisões mais informadas, mas também expõe os migrantes a riscos associados à desinformação e à exploração. Por isso, é importante promover um uso seguro e responsável das tecnologias digitais no contexto das migrações.

OS DESAFIOS PARA OS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA E DEFESA

Os órgãos de segurança e defesa enfrentam atualmente uma realidade operacional caracterizada pela interligação entre ameaças físicas e digitais. As forças policiais devem lidar com novas formas de criminalidade transnacional, enquanto as forças

armadas precisam integrar capacidades cibernéticas nos seus modelos de defesa.

Gouveia (2018), destaca que a segurança num Estado democrático deve respeitar simultaneamente dois princípios fundamentais: a protecção da comunidade e a garantia dos direitos fundamentais. Na nossa visão, a segurança só é verdadeiramente eficaz quando protege a sociedade sem comprometer os direitos e as liberdades dos cidadãos. Consideramos que encontrar esse equilíbrio é essencial para reforçar a confiança da população nas instituições do Estado.

Deste modo, a resposta institucional deve evitar abordagens exclusivamente securitárias, procurando equilibrar prevenção, investigação criminal, cooperação internacional e protecção dos cidadãos.

Entre os principais desafios encontram-se:

- reforço das capacidades nacionais de ciberdefesa;
- protecção de infraestruturas críticas;
- combate à desinformação;
- segurança dos sistemas de gestão migratória;
- formação especializada dos profissionais;
- cooperação entre organismos nacionais e internacionais.

ENQUADRAMENTO JURÍDICO E INSTITUCIONAL DA CIBERSEGURANÇA EM PORTUGAL E NA UNIÃO EUROPEIA

A evolução das ameaças digitais levou os Estados a desenvolver novos instrumentos jurídicos e institucionais destinados a proteger o ciberespaço enquanto domínio estratégico de segurança. Em Portugal, a cibersegurança passou progressivamente a integrar as políticas públicas de segurança nacional, refletindo o reconhecimento de que a protecção das redes e dos sistemas de informação é essencial para garantir a continuidade dos serviços públicos, a protecção das infraestruturas críticas e o funcionamento do Estado democrático (Centro Nacional de Cibersegurança [CNCS], 2019; Portugal, 2021).

O modelo português de cibersegurança assenta numa visão abrangente de segurança, onde a defesa do território físico é complementada pela protecção das infraestruturas digitais, dos serviços essenciais e da informação estratégica. A Estratégia Nacional de

Segurança do Ciberespaço evidencia que as ameaças digitais podem afectar não apenas os sistemas tecnológicos, mas também a economia, a administração pública, as empresas e os cidadãos, colocando novos desafios à soberania e à resiliência nacional.

Neste contexto, o Centro Nacional de Cibersegurança (CNCS) desempenha um papel central na coordenação das políticas nacionais, promovendo a cooperação entre entidades públicas e privadas e contribuindo para o desenvolvimento de uma cultura de prevenção e segurança digital. A sua atuação demonstra que a protecção do ciberespaço depende da articulação entre recursos tecnológicos, capacidade institucional e preparação dos utilizadores.

No âmbito da União Europeia, a cibersegurança tornou-se uma prioridade estratégica comum aos Estados-Membros. A criação de instrumentos jurídicos europeus procura harmonizar procedimentos, reforçar a cooperação e aumentar a capacidade colectiva de resposta perante ameaças digitais. Neste sentido, a Diretiva (UE) 2022/2555 (NIS2) representa um avanço significativo ao estabelecer novas obrigações relacionadas com a gestão de riscos, comunicação de incidentes e protecção dos sectores considerados essenciais, contribuindo para um nível mais elevado de segurança digital na União Europeia (Parlamento Europeu & Conselho da União Europeia, 2022).

A adoção de normas comuns permite uma resposta mais coordenada perante ameaças que ultrapassam as fronteiras nacionais. A cooperação europeia assume, assim, uma importância fundamental para proteger infraestruturas críticas, melhorar a partilha de informação e reforçar a capacidade de resistência dos Estados perante ataques cibernéticos.

A protecção dos dados pessoais constitui igualmente uma dimensão essencial da segurança digital. O Regulamento Geral sobre a Protecção de Dados (RGPD) estabeleceu princípios destinados a garantir maior protecção dos cidadãos no tratamento automatizado de informação. Esta questão assume particular relevância nas dinâmicas migratórias, uma vez que os sistemas digitais utilizados na gestão de fronteiras, controlo administrativo e cooperação policial processam grandes volumes de dados pessoais.

Neste domínio, torna-se necessário equilibrar a protecção da segurança colectiva com a salvaguarda dos direitos fundamentais. Como observa Gouveia (2018), a segurança num Estado de direito democrático não deve ser entendida apenas como uma resposta repressiva às ameaças, mas como uma função pública orientada para a protecção das pessoas e das instituições democráticas. Dessa forma, o Estado cumpre a sua função de garantir direitos, liberdade e estabilidade social.

Deste modo, a eficácia das políticas de cibersegurança depende não apenas da existência de mecanismos jurídicos e tecnológicos, mas também da capacidade de garantir que as medidas adotadas respeitam os princípios democráticos. A protecção do ciberespaço exige uma abordagem integrada, baseada na prevenção, cooperação institucional, inovação tecnológica e respeito pelos direitos fundamentais, permitindo responder de forma equilibrada aos desafios da segurança contemporânea.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos livros, artigos científicos e documentos consultados permitiu verificar que a cibersegurança deixou de ser uma preocupação exclusivamente associada à protecção de sistemas informáticos, passando a assumir uma dimensão estratégica na segurança dos Estados. A crescente dependência das tecnologias digitais nas áreas governamental, económica, militar e social criou novas vulnerabilidades, tornando o ciberespaço um espaço de disputa, influência e conflito.

Os resultados da investigação demonstram que a segurança digital depende da articulação entre tecnologia, organização e comportamento humano. Segundo Veiga (2024), a cibersegurança deve ser entendida como um processo integrado, onde a protecção tecnológica deve ser acompanhada por políticas institucionais, formação dos utilizadores e desenvolvimento de uma cultura de segurança. Esta perspetiva evidencia que muitos incidentes digitais não resultam apenas de falhas técnicas, mas também de comportamentos inadequados, falta de preparação e fragilidades organizacionais. Assim, a cibersegurança constitui um desafio multidimensional que envolve instituições públicas, empresas, decisores políticos e cidadãos.

A investigação permitiu igualmente identificar que a guerra cibernética representa uma transformação significativa da natureza dos conflitos contemporâneos. Diferentemente dos conflitos tradicionais, as operações cibernéticas permitem alcançar objectivos estratégicos através de acções realizadas no espaço digital, sem necessidade de confronto militar directo.

Segundo Rid (2020) demonstra que as operações cibernéticas podem ser utilizadas para espionagem, manipulação de informação e influência política, enquanto Kello (2017) destaca que o ciberespaço se tornou um novo domínio de competição entre Estados. Esta realidade aumenta a complexidade dos conflitos, uma vez que os ataques podem ser conduzidos por diferentes actores, incluindo Estados, organizações criminosas e indivíduos especializados. Um dos principais desafios identificados está relacionado com a dificuldade de atribuição dos ataques e com a necessidade de desenvolver respostas eficazes perante ameaças que podem afectar infraestruturas críticas, sistemas financeiros e serviços essenciais.

A análise da literatura demonstra também que os conflitos atuais apresentam características híbridas, combinando meios militares, tecnológicos, económicos, informacionais e psicológicos. Hoffman (2021) refere que as ameaças híbridas exploram diferentes vulnerabilidades através da utilização simultânea de vários instrumentos de atuação. Esta realidade exige que os órgãos de segurança e defesa adotem respostas mais abrangentes, integrando conhecimentos tecnológicos, jurídicos, militares e sociais.

Relativamente às dinâmicas migratórias, verificou-se que as tecnologias digitais passaram a desempenhar um papel relevante nos processos de mobilidade humana. As redes sociais, plataformas digitais e aplicações de comunicação facilitam o acesso dos migrantes a informações, permitem manter contactos familiares e contribuem para a criação de redes de apoio.

Para Dekker e Engbersen (2019) demonstram que as redes digitais influenciam os processos migratórios ao facilitarem a circulação de informação entre comunidades. Contudo, os mesmos recursos tecnológicos podem ser utilizados por redes criminosas para recrutamento de vítimas, tráfico de pessoas, exploração económica e divulgação de informações

falsas. Desta forma, o ambiente digital apresenta uma dupla dimensão, podendo funcionar como instrumento de apoio aos migrantes, mas também como meio facilitador de práticas ilícitas.

A revisão da literatura evidencia uma ligação crescente entre cibersegurança, conflitos digitais e movimentos migratórios. Ataques cibernéticos, campanhas de desinformação e situações de instabilidade política podem influenciar os fluxos migratórios e criar novos desafios para os Estados. Neste contexto, os órgãos de segurança e defesa enfrentam um ambiente operacional mais complexo, onde a protecção das fronteiras físicas deve ser complementada pela protecção do espaço digital.

Esta nova realidade exige competências específicas, nomeadamente capacidade de análise de informação, resposta a incidentes cibernéticos e cooperação entre instituições nacionais e internacionais. Gouveia (2018) destaca que, num Estado democrático, as políticas de segurança devem garantir a protecção da comunidade sem comprometer os direitos fundamentais dos cidadãos. No domínio digital, este equilíbrio torna-se essencial para assegurar que as medidas de segurança respeitam os princípios do Estado de direito.

De forma geral, os resultados da investigação demonstram que a cibersegurança, a guerra cibernética e as dinâmicas migratórias constituem elementos interligados da segurança contemporânea. A transformação tecnológica alterou a forma como as ameaças surgem e como os conflitos são conduzidos, exigindo respostas mais integradas por parte dos Estados.

Assim, conclui-se que a segurança no século XXI depende da capacidade dos órgãos de segurança e defesa para combinar inovação tecnológica, cooperação institucional, formação especializada e respeito pelos direitos fundamentais. As novas formas de conflitualidade ultrapassam as fronteiras tradicionais dos Estados, tornando necessária uma abordagem adaptada às características do ambiente digital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente investigação permitiu compreender que a cibersegurança, a guerra cibernética e as dinâmicas migratórias constituem dimensões

interligadas dos desafios da segurança contemporânea. A evolução tecnológica alterou profundamente a natureza dos conflitos, transformando o ciberespaço num domínio estratégico onde Estados e outros actores podem desenvolver acções de influência, espionagem, sabotagem e desinformação.

Neste contexto, Veiga (2024) destaca que a cibersegurança depende não apenas de mecanismos técnicos, mas também da preparação dos utilizadores, da existência de políticas institucionais e da capacidade das organizações para prevenir e responder aos riscos digitais. Assim a análise da literatura demonstrou que a segurança deixou de estar limitada à defesa militar tradicional do território, passando a integrar ameaças tecnológicas, informacionais, económicas e sociais.

Relativamente à guerra cibernética, concluiu-se que esta representa uma mudança significativa na conflitualidade atual. Segundo Rid (2020) e Kello (2017), as operações no espaço digital permitem alcançar objectivos estratégicos sem confronto militar directo, criando desafios relacionados com a atribuição dos ataques, a protecção das infraestruturas críticas e a resposta dos Estados perante ameaças complexas.

A investigação evidenciou igualmente que os conflitos contemporâneos apresentam características híbridas, combinando instrumentos militares, tecnológicos e informacionais. Hoffman (2021) salienta que esta realidade exige respostas integradas por parte dos órgãos de segurança e defesa, capazes de considerar diferentes dimensões do risco.

No âmbito das dinâmicas migratórias, verificou-se que as tecnologias digitais possuem uma natureza dupla. Por um lado, facilitam a comunicação, o acesso à informação e a criação de redes de apoio entre migrantes, como referem Dekker e Engbersen (2019). Por outro lado, podem ser utilizadas por redes criminosas para tráfico de pessoas, exploração económica e manipulação de informação.

O estudo permitiu ainda identificar a importância do enquadramento jurídico e institucional da cibersegurança em Portugal e na União Europeia. O Centro Nacional de Cibersegurança assume um papel essencial na coordenação das políticas nacionais, enquanto o Regime Jurídico da Segurança do Ciberespaço e a Directiva NIS2 reforçam a protecção

das redes e dos sistemas de informação (CNCS, 2019; Portugal, 2021; Parlamento Europeu & Conselho da União Europeia, 2022).

Em conclusão, a investigação demonstra que a segurança no século XXI exige uma abordagem integrada, baseada na cooperação institucional, inovação tecnológica e respeito pelos direitos fundamentais. Como refere Gouveia (2018), a protecção da sociedade deve ser equilibrada com a preservação das liberdades individuais, garantindo respostas eficazes perante as novas formas de conflitualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Baylis, J., Wirtz, J. J., & Gray, C. S. (Eds.). **Strategy in the contemporary world: An introduction to strategic studies** (6th ed.). Oxford University Press, (2019).
- Buzan, B., & Hansen, L. **The evolution of international security studies**. Cambridge University Press, (2018).
- Buzan, B., Wæver, O., & Wilde, J. **Security: A new framework for analysis**. Lynne Rienner Publishers, (1998).
- Centro Nacional de Cibersegurança. **Estratégia Nacional de Segurança do Ciberespaço 2019–2023**. Governo da República Portuguesa, (2019).
- Centro Nacional de Cibersegurança. **Estratégia Nacional de Segurança do Ciberespaço**. CNCS, (2023).
- Comissão Europeia. **Estratégia da União Europeia para a União da Segurança**. Comissão Europeia, (2020).
- Dekker, R., & Engbersen, G. How social media transform migrant networks and facilitate migration. **International Migration**, 57(3), 20–35, (2019).
- Garcia, F. P. A ciência política, a estratégia e a paz. **Revista Militar**, (2021).
- Gouveia, J. B. **Direito da segurança**. Almedina, (2018).
- Guedes, A. M. **O ciberespaço e a segurança internacional**. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, (2012).
- Guedes, A. M., & Dias da Costa, R. (Coords.). **O poder de Portugal nas relações internacionais**. Instituto Universitário Militar, (2019).
- Hoffman, F. G. **Conflict in the 21st century: The rise of hybrid wars**. Potomac Institute for Policy Studies, (2021).
- Kaldor, M. **New and old wars: Organized violence in a global era** (3rd ed.). Polity Press, (2012).
- Nye, J. S. Soft power: The evolution of a concept. **Journal of Political Power**, (2021).
- Organização Internacional para as Migrações. **World migration report 2020**. International Organization for Migration, (2019).
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. Manual de investigação em ciências sociais. Gradiva, (2019).
- Raets, S., & Janssens, J. Trafficking and technology: Exploring the role of digital communication technologies in the Belgian human trafficking business. **European Journal on Criminal Policy and Research**, (2021).
- Rid, T. **Cyber war will not take place**. Oxford University Press, (2013).
- Rid, T. **Active measures: The secret history of disinformation and political warfare**. Farrar, Straus and Giroux, (2020).
- Teixeira, N. S. **Segurança e defesa: Portugal e os novos desafios internacionais**. Instituto da Defesa Nacional, (2010).
- Teixeira, N. S. **Segurança e defesa: Portugal e os novos desafios internacionais**. Instituto da Defesa Nacional, (2022).
- Teixeira, N. S., & Carreiras, H. (Coords.). **Políticas de defesa em Portugal**. Instituto da Defesa Nacional, (2022).
- Veiga, P. **Cibersegurança**. Fundação Francisco Manuel dos Santos, (2024).

LEGISLAÇÕES

Assembleia da República. **Lei n.º 53/2008**, de 29 de agosto: Lei de Segurança Interna. Diário da República, (2008).

Portugal. **Decreto-Lei n.º 65/2021**, de 30 de julho. Diário da República, (2021).

União Europeia. **Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho: Regulamento Geral sobre a Protecção de Dados**, (2016).

União Europeia. **Diretiva (UE) 2022/2555 do Parlamento Europeu e do Conselho relativa a medidas destinadas a garantir um elevado nível comum de cibersegurança na União (Diretiva NIS2)**, (2022).



<https://doi.org/10.52078/g2yjnv63>



COORDENAÇÃO:

Prof. Dr. Manuel Francisco Neto
Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco
Profa. Esp. Vilma Maria da Silva

AUTORES(AS):

Alberto Praia Tchinhama	Joice Pereira Marques
António dos Reis Fançony	Katia Aparecida de Sousa Lima
Armando Kangolo Basílio	Lília Stevens de la Cruz
Augusto Hudson Simeão	Luciana Cardoso de Souza
Calunda dos Santos Jorge	Luís Venâncio
Carina Fardim Soares	Lusilene da Rocha Alves
Belkis Tomilson Garcia	Marcelo Cunha
Betsabé Pompa Abreu	Maria Angela Ferreira Oliveira
Chiquito Afonso Fernando	Maria Canga Álvaro
Domingos	Maria Elena dos Santos Silva
Cirlene Alves de Oliveira	Maria Madalena Sampaio Silva
Daniel Cordeiro	Mário Adelino Miranda Guedes
Daniel Marculino Muenho	Mário Jamba Artur
Denilson Genito Moisés dos Anjos	Mirella Clerici
Domingos Tchinhama Mangundu	Nayane Brito Veras Godinho
Edgar Francisco da Silva	Hermisdorf
Gonçalves	Ngombo Rodrigues Lucau
Elaine Santos do Nascimento	Panzo Manuel Bunga
Elizabeth Hama Francisco	Pedro Isaac
Esmael Joaquim Machado	Rafaela Gois Zirpolo
Eugénio Chicapa	Roseli Brito Tenório Ramos
Faustino Moma Tchipesse	Sabalo João Luanda
Fernando Leite Miranda	Suellen Vidal Araújo Da Silva
Gersiane Alves Pavão	Talita Torracca Vieira da Silva
Gouveia de Oliveira Ngunza da Silva	Tamara Garcia Calixto
Guilherme Mateus Moma	Tatiana Miranda Lima
Gustavo Bruno Wandaqueia	Teresa Francisca Nkhulwavo
António	Tomasa Miriam Tabares
Irma Cristina de Moraes	Valquiria Souza Cardoso
Chinhemba	Valter Joaquim Vidal
Jeam Rodrigo de Oliveira	Vidal António Machado
João Eduardo Quinsequei	Walter Albino António Sassoma

Indexadores:



Filiada à:



Produzida exclusivamente com utilização de softwares livres



Platform & workflow by
OJS / PKP

Parceiros:

